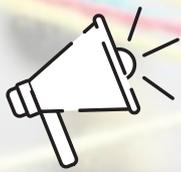


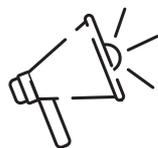
# ESPALHA EDH



Informativo mensal sobre Educação em  
Direitos Humanos

TEMA DO MÊS: DIREITOS HUMANOS EM REDE

# ESPALHA EDH



Informativo mensal sobre Educação em  
Direitos Humanos

## **PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO**

Ricardo Nunes  
Prefeito

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC**

Secretária Municipal  
Claudia Carletto

Secretária Adjunta  
Juliana Felicidade Armede

Chefe de Gabinete  
Luiz Orsatti Filho

## **Departamento de Educação em Direitos Humanos**

### **Diretora**

Renata Mie Garabedian

### **Assessoras**

Sophia Felix Medeiros  
Tayná Rodrigues Salviano  
Vera Velozo

### **Estagiários**

Ana Joyce Ribeiro  
André Ribeiro Carnellosi  
Karine Yukari Shiroma

16ª Edição  
Julho, 2021

### **Realização**

Departamento de Educação em Direitos Humanos

### **Revisão**

Sophia Felix Medeiros

### **Concepção gráfica e diagramação**

Renata Mie Garabedian

# CARA LEITORA E CARO LEITOR

Atuar com direitos humanos é algo que não se faz só.

O tema desta edição – Direitos Humanos em Rede – traz duas abordagens sobre esse pensamento: a primeira diz respeito a Rede de Atendimento de Direitos Humanos, propriamente dita e institucionalizada. A segunda versa sobre o olhar sensível para as questões de direitos humanos que deve ser promovido em diversos âmbitos para além da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Para tanto, nesta publicação você irá encontrar textos que falam sobre o acesso à geração de renda e elevação de escolaridade para pessoas trans promovidos por políticas descentralizadas, como é o caso do Transcidadania; sobre o modo como a Saúde lida com seu atendimento pautado nos direitos humanos; sobre a importância da Rede de Atendimento de Direitos Humanos e seu diálogo com o território. Por fim, trazemos também um texto coletivo traçando o perfil de Ester Vargem, servidora da Prefeitura que trabalhou durante muitos anos no atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Aproveitem a leitura!

**EQUIPE EDH**

# EDH NA REDE

## TransCidadania = TransFormação

Cassio Rodrigo - coordenador municipal de políticas para LGBTI+

Fe Maidel - Assessora da Coordenação de Políticas para LGBTI+

Como pensar em Direitos Humanos e Cidadania sem incluir um dos principais eixos que é o direito à educação para todes? Quando olhamos para o segmento populacional de travestis, mulheres transexuais e homens trans vemos, nitidamente, o processo de evasão escolar causado pela discriminação constante, traduzidos nos números apresentados pelo I Mapeamento Trans da Cidade de São Paulo:

"No que se refere à principal ocupação exercida pela população entrevistada, destaca-se o percentual elevado de travestis (46%) e de mulheres trans (34%) que se declararam profissionais do sexo, acompanhantes e garotas de programa. Esta é a principal variável sócio-ocupacional que distingue as identidades de gênero. No caso de homens trans, praticamente, inexistente a ocorrência de pessoas que se declaram profissionais do sexo e, dentre as não binárias, o índice foi de apenas 3%." (CEDEC, 2021)

### Principal ocupação ou atividade remunerada por identidade de gênero

Ocupação	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Profissional do sexo	46%	34%	0%	3%	27%
Cabeleireira(o)	4%	13%	1%	3%	8%
Vendedor(a)/ atendente loja, lanchonete	1%	2%	9%	6%	4%
Analista Control Desk/ Telemarketing	3%	3%	9%	3%	4%
Ambulante	1%	2%	5%	8%	3%
Costureira(o)	2%	3%	1%	2%	2%
Caixa de lojas, supermercados	0%	2%	2%	2%	2%
Auxiliar de limpeza	1%	2%	1%	2%	1%
Auxiliar de cozinha	2%	1%	1%		1%
Arte visual	2%	1%	2%	3%	1%
Outras ocupações	36%	37%	69%	69%	46%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa "Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo" - CEDEC, 2021

"Em relação à formação profissional, 43% do total das pessoas participantes da pesquisa afirmaram ter formação técnica ou específica para exercer determinadas ocupações no mercado de trabalho. Portanto, mais da metade da população entrevistada (57%) não está preparada para o

ingresso no mercado de trabalho. O acesso aos cursos profissionalizantes depende prioritariamente da conclusão do ensino médio o que não inclui boa parte dos entrevistados. Além disso, a posse de cursos, diplomas universitários e outras certificações, apesar de ser um requisito importante, não garante à população trans o ingresso no mercado de trabalho e nem a obtenção de um emprego na área em que se especializaram uma vez que permanecem as barreiras da invisibilidade e do preconceito em relação a esse segmento social."

### Formação técnica ou específica por identidade de gênero.



Fonte: Pesquisa "Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo" - CEDEC, 2021

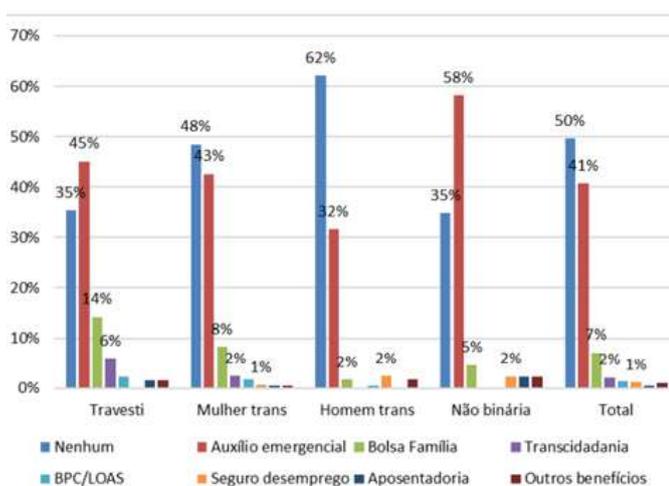
"Quanto ao tipo de moradia, observa-se que metade da população respondente mora em imóveis alugados (51%) e um terço possui casa própria (29%). O albergue e o Centro de Acolhida aparecem como a terceira opção de moradia da população entrevistada (9%). Quando se considera a situação, no conjunto, verifica-se que o percentual dos sem teto (soma de morar rua, albergue e ocupação) é bastante expressivo, atingindo 16% em relação à população em geral e, 32%, no caso de travestis." (CEDEC, 2021)

### Tipo de moradia por identidade de gênero

Tipo de moradia	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Próprio	20%	29%	38%	30%	29%
Alugado	42%	53%	54%	52%	51%
Cedido por particular	3%	3%	3%	5%	3%
Ocupação	4%	2%	1%	4%	3%
Albergue / Centro de acolhida	18%	8%	2%	7%	9%
Em república	2%	2%	1%	2%	2%
No local de trabalho	1%	0%			0%
Na rua	10%	3%	0%		4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

“Com a pandemia [...] a população beneficiada por alguma política pública cresce 12 pontos percentuais e, passa de 38% para 50%. Entra em cena, o apoio do Auxílio Emergencial, que foi acessado por 41% da população trans entrevistada. O destaque se verificou em relação às pessoas não binárias e travestis, o que representou o acesso à renda mínima de R\$ 600,00 para 58% e 45%, respectivamente. Devido à impossibilidade de acumular benefícios, a participação no programa Bolsa Família se reduz a um patamar de 7%, mantendo-se, contudo, significativo para 14% das travestis, que continuaram a se beneficiar do programa. Quanto às bolsas do Transcidadania, principal auxílio recebido pela população trans antes da pandemia, também tem sua participação reduzida, passando a contemplar apenas 2% da população entrevistada. Novamente, o destaque ocorre em relação às travestis, uma vez que 6% continuaram beneficiadas pelo Programa.” CEDEC, 2021

### Recebe algum benefício (situação após início da pandemia)



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” - CEDEC, 2021

Estes números reforçam a importância do Programa TransCidadania, institucionalizado em 2015 e que teve suas bases construídas a partir experiência oriunda do Programa Operação Trabalho LGBT, desde 2008.

### O Programa TransCidadania

Instituído pelo Decreto Municipal 55.874/2015, o Programa TransCidadania recebeu nova regulamentação através do Decreto nº 58.22/2018, mas sempre destinado "a promover os direitos humanos, a autonomia financeira, a elevação de escolaridade, a qualificação profissional e a preparação para o mercado de trabalho das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans em situação de vulnerabilidade social, bem como a humanização dos serviços públicos prestados pelo Município a essas pessoas".

Dentre as diretrizes do Programa temos:

I - a oferta de autonomia financeira, de elevação de escolaridade, de qualificação profissional e de preparação dos beneficiários para o mercado de trabalho;

II - o desenvolvimento de ações voltadas ao enfrentamento do preconceito e da discriminação contra as travestis, as mulheres transexuais e os homens trans, respeitando-se, em qualquer situação, o uso do nome social, a identidade de gênero e a orientação sexual dessas pessoas, em conformidade com a Lei Estadual nº 10.948/001, e o Decreto nº 57.559/2016;

III - a capacitação e a sensibilização permanentes dos servidores públicos municipais para a oferta de atendimento qualificado e humanizado às travestis, às mulheres transexuais e aos homens trans, observados os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não revitimização;

IV - a formação cidadã em direitos humanos para o exercício da cidadania, participação popular e controle social.

Estas diretrizes demonstram que o TransCidadania é mais do que a mera elevação de escolaridade. É um programa que traduz a ótica da Educação em Direitos Humanos sob o ponto de vista apresentado pela Professora Benevides, que estabelece a EDH como a "formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas".



“A partir do momento que entrei no Programa TransCidadania minha vida se transformou de forma tão maravilhosa! Hoje me sinto gente, me sinto parte da sociedade”. (Brenda Ferreira Nunes)

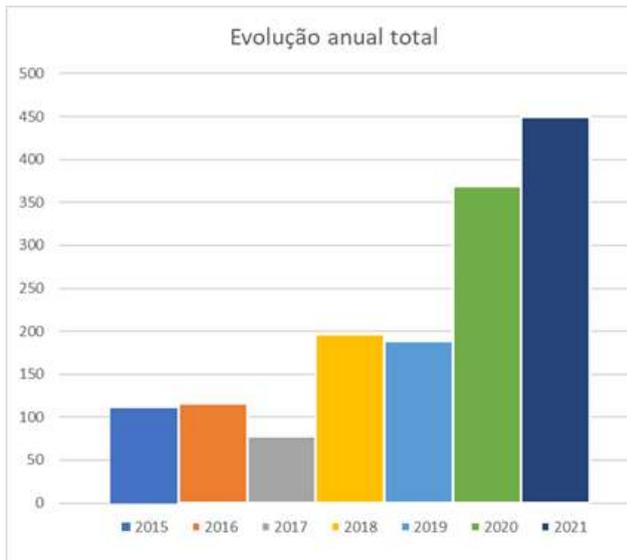


“O Programa Transcidadania me mostrou que eu posso ser diferente, que independente de minha Identidade de Gênero ou orientação sexual, a gente deve ser aceito em qualquer lugar”. (Thalles Pietro)

## Os resultados e previsões do TransCidadania em números

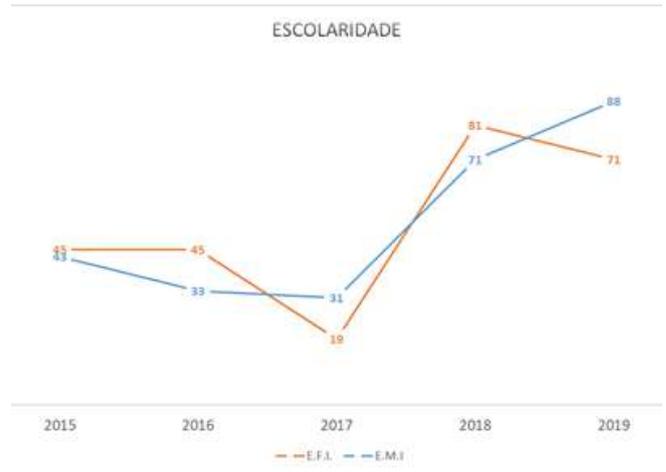
Do ponto de vista da educação formal, garantia de outras possibilidades de vida e de um caminhar rumo à cidadania, podemos traduzir o Programa nos seguintes números:

### Evolução ano-a-ano no número de bolsistas do TransCidadania



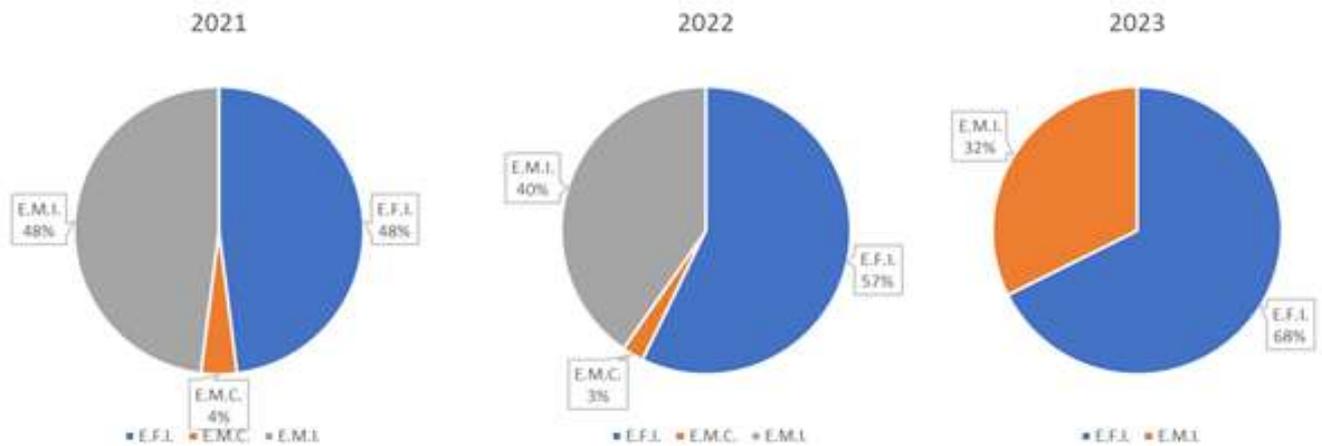
Fonte: SMDHC- CPBGBTI

### Avanço na escolaridade no TransCidadania



Fonte: SMDHC- CPBGBTI 2021

### Avanço na escolaridade no TransCidadania (projeção 2021 a 2023)



Fonte: SMDHC- CPBGBTI 2021

Diante do cenário ora apresentado, fica latente que muito embora o TransCidadania tenha como foco a elevação de escolaridade, seja ela fundamental, média, técnica ou profissionalizante, o programa também tem por objetivo o resgate dos vínculos sociais e a reinserção social e no mercado de trabalho das/os/es bolsistas, em uma perspectiva da Educação em Direitos Humanos. Conforme aponta a professora Maria Victoria Benevides: "...esta educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional – os educadores e os educandos – ou ela não será educação e muito menos educação em direitos humanos. Tais pontos são premissas: a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção".

# CULTURA DH

## COMO A SAÚDE PENSA SEU ATENDIMENTO SOB A PERSPECTIVA DOS DHS?

Texto do Setor de prevenção da Coordenadoria Municipal de IST AIDS da Cidade de São Paulo

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem como princípios fundamentais a universalidade, integralidade e a equidade. Essa última remete à garantia do direito à saúde a todos os indivíduos, de acordo com suas necessidades específicas.

Em um contexto heterogêneo como a cidade de São Paulo, a equidade significa, na prática dos serviços de saúde, diversificar estratégias e modelos de cuidado. Nesse contexto, o SUS vem, desde sua criação, incorporando políticas que olham para clivagens populacionais específicas e seus desafios peculiares.

É importante salientar que, para cada uma das populações, os modelos de cuidado podem (e devem) sofrer adaptações. Nesse caso, salientamos a população LGBTQIA+ para ilustrar a necessidade de diferenciação de estratégias para que se ofereça um cuidado em saúde de qualidade para esse(s) recorte(s) populacional(is): L para lésbicas, G para gays, B para bissexuais, T para transgêneros, Q para queer, I para pessoas intersexo, A para assexuais e o símbolo de + indica a inclusão de outros grupos e variações de identidade de gênero não contempladas.

Especificamente, o estigma e discriminação junto à população LGBTQIA+ são obstáculos que impedem o acesso aos serviços de saúde, às tecnologias de prevenção e ao cuidado integral.

Dentro da comunidade LGBTQIA+, há termos para nomear as intolerâncias voltadas a grupos específicos, que vão além da mais difundida homofobia. Temos a lesbofobia, a bifobia e a transfobia, que se referem à discriminação contra lésbicas, bissexuais e pessoas trans e travestis, respectivamente, para citar alguns exemplos e são consideradas como crime.

Para promover respeito, equidade e garantir mais qualidade de vida para a população LGBTQIA+ e o acesso à saúde, a Coordenadoria de IST/Aids da Cidade de São Paulo conta com uma série de ações:

- Tornar as unidades municipais especializadas em IST/Aids mais acolhedoras;
- Criou Comitês Consultivos de Políticas Públicas de Prevenção ao HIV para Gays e outros Homens que Fazem Sexo com Homens e para Mulheres Trans e Travestis, com representantes desses grupos;
- Projetos de prevenção que trabalham com educação entre pares com foco nas especificidades dessas populações;
- Distribuição de insumos de prevenção em locais de entretenimento e sociabilidade da população LGBTQIA+;
- Constante diálogo com a sociedade civil, como lideranças, ONGs e coletivos;
- Tem em sua equipe técnica representantes da população LGBTQIA+ e de pessoas vivendo com HIV/Aids.

O SUS como sistema de saúde é o conjunto da expressão de uma cidade diversa, o que implica em desafios para aperfeiçoar os serviços de saúde, de forma equânime para todos, todas e todes.



# TERRITÓRIOS EDH

REDE DE DIREITOS HUMANOS:  
MELHOR SERIA NÃO PRECISARMOS DELA, MAS JÁ QUE PRECISAMOS, QUE BOM  
QUE ELA EXISTE!



*Por Amanda Theodoro de Souza\**

Tempos atrás me perguntaram o que eu esperava para Rede de Direitos Humanos, e, depois de refletir um tanto, cheguei à conclusão de que meu desejo é que ela nem sequer existisse.

"Mas Amanda, como assim? Você não defende os Direitos Humanos?"

Eu explico:

Depois de passar os últimos anos trabalhando em ações para a organização, fortalecimento e ampliação dos serviços que compõem a rede de atendimento de Direitos Humanos da cidade de São Paulo me dei conta que gostaria que eles se tornassem logo tão desnecessários e obsoletos quanto as locadoras de filmes dos anos 80 e 90 depois da internet e dos streamings\*.

As locadoras não foram praticamente extintas porque nós deixamos de gostar de cinema ou de séries de tv, mas porque o acesso a esses conteúdos ficou tão mais fácil nas últimas décadas, através da internet, que logo deixamos de precisar de alguém/algo que nos ajudasse a acessá-los, ou seja, que fizesse a ponte entre nós e aquele filme ou conteúdo que queríamos tanto ver. Assim como as locadoras que atuavam para facilitar o nosso acesso aos filmes e aos conteúdos multimídia em geral, a Rede de Direitos Humanos atua para facilitar o acesso das pessoas, cidadãos e cidadãs do município aos seus direitos.

Entendemos que os Direitos Humanos perpassam todos os campos e momentos das nossas vidas e visam garantir que possamos vivê-la de forma livre, digna e segura, com acesso, por exemplo, à saúde, educação, moradia, alimentação, segurança e trabalho, independentemente do nosso gênero, raça, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória ou outras condições.

*\* Streaming é uma tecnologia de transmissão de dados pela internet, principalmente áudio e vídeo, são exemplos plataformas que disponibilizam músicas e filmes. A referência à facilidade de acesso aos conteúdos via streaming considera apenas a tecnologia empregada para isso, que tornou mais rápida e prática a sua visualização, em comparação ao processo de locação de filmes citado. Devido a necessidade de pagamento para uso das plataformas de streaming, seu acesso não pode ser tomado como algo universal / fácil para todos.*



Contudo, infelizmente, não é difícil perceber à nossa volta o quanto acessar plenamente esses direitos ainda é uma realidade distante para tantas pessoas. Vemos ao vivo, ou pelas notícias, o aumento do número de pessoas em situação de rua e de casos de feminicídio e violência contra a mulher. Ao mesmo tempo também nos deparamos com crianças, adolescentes e idosos em situação vulnerável além de casos diversos de discriminação racial, LGBTIfobia e xenofobia. As inúmeras violências anteriormente mencionadas seguem impedindo que todas as pessoas possam viver com segurança, liberdade e dignidade.

O trabalho da Rede de Direitos Humanos é reverter esse contexto. Para isso, ela atua nos territórios e em parceria com organizações da sociedade civil, comércio local, empresas, universidades, movimentos sociais e a própria rede de serviços públicos a partir dos eixos de Promoção e Defesa de Direitos. Seu objetivo último é buscar a prevenção da violência e da violação de direitos, bem como, visa o rompimento de ciclos de violência e violação já instalados contra pessoas em situação de vulnerabilidade.

Atualmente 41 serviços fazem parte desta Rede, atendendo mulheres, pessoas idosas, imigrantes, LGBTI+, pessoas em situação de rua, pessoas negras e indígenas, pessoas desaparecidas e seus familiares além do público em geral que pode acessar os serviços buscando orientação e informações sobre Direitos Humanos.

Para que essa rede se torne realmente desnecessária, ainda há muito por fazer, e por isso devemos seguir promovendo sua ampliação e qualificação a fim de tornar o acesso a direitos mais fácil e disponível para todos.

“Não somos uma rede de serviços finalística, somos uma rede meio, nosso trabalho é permitir por meio do trabalho com o indivíduo e com os demais serviços da rede local, que as pessoas com os marcadores de vulnerabilidade para os quais olhamos, recorram aos serviços que precisam e nesses serviços sejam atendidas dignamente.”

(Profissional de um dos serviços durante atividade de formação e integração da Rede em 2019)

Vamos juntas?

*\*Amanda é gestora de políticas públicas, especialista em gestão de cidades e como Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental na SMDHC, nos últimos anos tem liderado o processo de qualificação e tipificação da rede de atendimento de direitos humanos da cidade.*

## **Para saber mais sobre a Rede de Atendimento de Direitos Humanos do Município de São Paulo acesse:**

- [Portaria de Tipificação da Rede de Atendimento de Direitos Humanos](#)
- [Mapa da Rede de Atendimento de Direitos Humanos](#)
- [Painel da Rede de Atendimento de Direitos Humanos](#)
- [Manuais de Atendimento da Rede de Atendimento de Direitos Humanos](#)



# PERFIL EDH

ESTER VARGEM



No mês em que o Espalha EDH traz como tema "Direitos Humanos em Rede", a seção Perfil homenageia a servidora da Prefeitura de São Paulo, Ester Fátima Vargem Rodrigues.

Assistente Social, Ester é referência por sua atuação em atendimentos de pessoas que tiveram seus direitos violados e que buscam acessar a rede de proteção, desde o antigo Balcão de Direitos Humanos (serviço da Comissão de Direitos Humanos da Prefeitura, localizado no Pátio do Colégio) até a Ouvidoria de Direitos Humanos (atual serviço da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania para atender casos de denúncia e violação de direitos).

Seja no convívio cotidiano, ou nas formações para as equipes dos serviços da SMDHC, Ester sempre é generosa ao transmitir seus ensinamentos, destacando a importância da escuta qualificada e da abordagem interdisciplinar para os casos de atendimento ao munícipe.

Na edição em que falamos sobre o olhar sensível daqueles que prestam serviços em direitos humanos, fazemos essa homenagem a Ester!

O texto coletivo que vocês lerão a seguir é assinado por pessoas que trabalharam de perto com ela, nomeados a seguir: Alcyr, Bárbara, Eduardo, Gabriel, Juliane, Letícia, Lucy, Milena, Nathi, Rute, Tati, Thiago e Renata.



*Ester é uma inspiração! No trabalho de atendimento às pessoas vulneráveis, naquelas situações tensas e quando um desgaste ou incômodo prolongado parece insuperável, ela transmite certezas - não que tenha sempre uma resposta pronta, mas perto dela é possível sentir que sempre tem um caminho. É um porto seguro!*

*Quem teve a oportunidade e o privilégio de trabalhar com a Ester, aprendeu muito mais do que as técnicas da profissão. Nos XXX anos de atuação na Prefeitura de São Paulo, ela ensinou a muitos sobre como ter sensibilidade no olhar, escuta atenta para compreender o que vai além das respostas apresentadas pelos munícipes, além de como ter calma para encontrar a possibilidade e não lamentar o impossível.*

*É uma pessoa que possui um vasto conhecimento teórico e prático sobre direitos, serviços públicos e sobre os grandes temas de direitos humanos. É uma referência no Serviço Social e de luta na garantia de direitos à população africana imigrante.*

*Ester é importante dentro da sua complexidade. Ela ensina sobre a potência do atendimento e sobre as possibilidades de tencionar políticas públicas. Ensina também sobre respeito e sobre compreender as diferenças.*

*Além de tudo isso, ela reforça a necessidade de nos posicionarmos, de realizarmos um atendimento qualificado, levando em conta todas as complexidades e questões apontadas pelos/as munícipes, realizando articulações na rede e com a equipe multidisciplinar. Por entender a complexidade das situações de violação de direitos, defende a importância do atendimento interdisciplinar para esse tipo de demanda.*

*Sua inteligência a impulsiona a querer sempre ter um olhar mais amplo sobre as situações, apesar de ser uma acadêmica respeitada em Serviço Social nunca se coloca em uma posição de superioridade*

*Ester é um ícone para a Prefeitura e sua sensibilidade com o outro é fundamental para quem trabalha no serviço público!*

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS  
HUMANOS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA**

[cedh@prefeitura.sp.gov.br](mailto:cedh@prefeitura.sp.gov.br)